

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano II | Volume 1 | Nº 3 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.3752341>



A CRISE NA BOLÍVIA: DA RENÚNCIA DO PRESIDENTE EVO MORALES À CONVOCAÇÃO DE NOVAS ELEIÇÕES

Ricardo Luigi¹

Resumo

A atual crise política na Bolívia se instala com a tentativa frustrada de Evo Morales em permanecer no cargo por um quarto mandato, o que precipitou sua renúncia. À espera das novas eleições presidenciais, a democracia boliviana tenta resistir em um ambiente de instabilidade. Objetiva-se analisar a crise na Bolívia, da renúncia do presidente Evo Morales à convocação de novas eleições, passando pelos seguintes tópicos norteadores: a gênese da crise, com a diminuição do apoio popular ao governo nacional; os protestos contra o resultado das eleições presidenciais e a saída do poder de Evo; a autoproclamação da senadora Jeanine Áñez como presidente interina; e a convocação das novas eleições presidenciais.

Palavras-chave: Bolívia; Crise Política; Democracia; Eleições; Evo Morales.

"As tradições que sustentam as instituições democráticas (...) estão se desintegrando, abrindo um vazio desconcertante entre como nosso sistema político funciona e as expectativas há muito arraigadas de como ele deve funcionar" (LEVITSKY, 2018, p. 164).

Os 13 anos em que Juan Evo Morales Ayma, o ex-líder sindical dos cocaleiros de Chapare, em Cochabamba, governou a Bolívia, iniciaram-se na posse de 22 de janeiro de 2006 e tiveram fim no dia 10 de novembro de 2019. Neste período, foram três mandatos, a aprovação de uma nova constituição política para o país e a fundação de um Estado Plurinacional que buscou dar conta da diversidade social nacional.

Entre sucessos e polêmicas, o governo Evo Morales, com sua longevidade, ajudou a estabilizar a democracia boliviana, uma das mais instáveis da América Latina. Em contrapartida, com sua derrocada, lançou o país em um novo ciclo de desordem, com a instauração de uma crise, que ameaça suas instituições democráticas. A crise na Bolívia é política, mas seus condicionantes e suas consequências são: históricos, sociais, econômicos e políticos.

Isso significa dizer que não se pode entender o que ocorre na Bolívia sob o ângulo estreito de um acontecimento político gerador da crise. A alegada fraude nas eleições de 20 de outubro de 2019, que levaram a manifestações que acabaram forçando a saída de Evo do poder, é apenas um ingrediente de uma intrincada série de causas e desdobramentos que possuem raízes históricas nas dinâmicas sociais bolivianas, e em disputas de poder e de controle da economia que devem ser interpretados em uma visão

¹ Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Geógrafo e internacionalista, especialista, mestre e doutor. E-mail para contato: ricardoluigi@id.uff.br. Outros trabalhos do autor podem ser encontrados em <https://uff.academia.edu/RicardoLuigi>



ampla da política, vista como parte indispensável do cotidiano e como método social para a busca de solução de conflitos.

Objetiva-se analisar a crise na Bolívia, da renúncia do presidente Evo Morales à convocação de novas eleições, passando pelos seguintes tópicos norteadores: a gênese da crise, com a diminuição do apoio popular ao governo nacional; os protestos contra o resultado das eleições presidenciais e a renúncia de Evo; a autoproclamação da senadora Jeanine Áñez como presidente interina e a convocação das novas eleições presidenciais. Neste percurso, também se jogarão luzes sobre os atores antagônicos ao ex-presidente boliviano, na compreensão de que há em curso uma disputa por liderança política entre as distintas agendas de interesses da sociedade boliviana.

OS GOVERNOS DE EVO MORALES E A GÊNESE DA CRISE

Uma ou algumas agendas se organizam em torno da eleição de Evo Morales. Evo foi eleito pela primeira vez em 2005, governando de 2006 a 2009. Neste mandato, conseguiu convocar uma assembleia constituinte, em 2007, o que resultou na nova constituição do país, aprovada em referendo popular e promulgada em 2009. Foi determinado nessa nova constituição que os mandatos presidenciais seriam exercidos por 5 anos, com possibilidade de uma reeleição. Evo foi então reeleito em 2009, com novo governo de 2010 a 2014. Com o entendimento de que uma nova constituição gerava uma nova possibilidade de eleição, não caracterizando diretamente uma reeleição, não se contabilizou o mandato iniciado anteriormente à carta magna de 2009, dando a Morales a chance de se candidatar novamente em 2014, se reelegendo para mandato que deveria ter sido cumprido de 2015 a 2020. Durante este mandato, interrompido em 10 de novembro de 2019, que eclodiu a nova crise boliviana.

Embora não se deve recorrer ao esquema bipolar para tratar da crise boliviana, já que pode causar uma falsa impressão de que a Bolívia é um país pouco diverso, não se pode ignorar a força da representação espacial que opõe os departamentos (estados) das terras baixas orientais, a chamada “meia lua”, aos estados do altiplano.

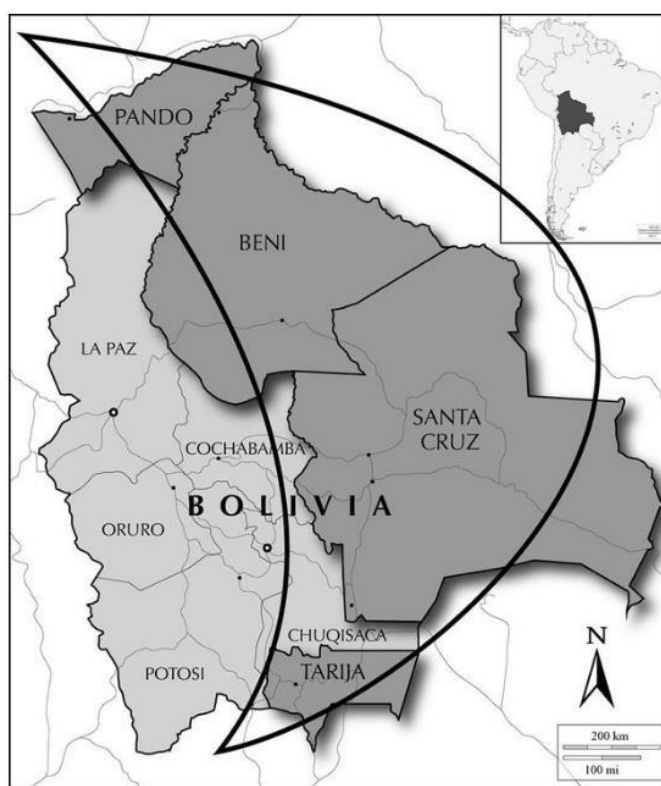
Na figura 1 estão representados os estados do leste, mais sombreados, e os estados do oeste, mais claros. A meia lua seria um desenho imaginário sobre os estados do leste. De uma forma simples e direta essa divisão representa o país, mas a questão parece bem mais complexa. A imagem que melhor traduziria a Bolívia seria a de uma placa tectônica fragmentada em diversas partes, aqui representadas pelas agendas de interesses. Entretanto, em momentos de choques, essas placas se aglutinam em torno de uma questão primordial específica, opondo dois polos, dando a falsa impressão de que a Bolívia seja



constantemente um país partido ao meio, situação que é, na verdade, circunstancial. A crise atual reacendeu essa divisão:

Não ignorando a multiplicidade de atores e interesses envolvidos na crise boliviana, deve-se ressaltar uma divisão fundamental do país, entre leste e oeste: entre a planície, centrada no departamento (estado) de Santa Cruz, e o altiplano, centrado no estado de La Paz e em suas cercanias. (LUIGI, 2020, p. 10, traduzido pelo autor).

Figura 1 - Departamentos (estados) bolivianos e a região conhecida como meia lua



Fonte: NARIS (2015).

Esta última cisão do país entre dois grandes grupos se deu, portanto, em relação à continuidade ou não do governo de Evo Morales. A sua tentativa de um quarto mandato dividiu o país entre os dois grandes blocos que, cada qual, na verdade agrega as “placas tectônicas bolivianas”, ou seja, os distintos atores sociais, grupos de interesse e as variadas identidades. A principal base de sustentação do governo Evo costumava estar no oeste, na Cordilheira, enquanto as terras baixas do oriente, no leste, gestaram as principais forças da oposição, como Luis Fernando “Macho” Camacho, ex presidente do Comitê Cívico



Pró Santa Cruz², uma organização surgida na cidade de Santa Cruz de la Sierra que questiona o poder centralizado/ centralizador em La Paz do governo boliviano.

OS PROTESTOS CONTRA O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E A RENÚNCIA DE EVO

O sucesso econômico de Evo Morales, com PIB médio de 5% por uma década, amenizou, por algum tempo, parte das tensões sociais bolivianas. E embora a desigualdade no país tenha diminuído substancialmente, parte da população não sentiu o retorno inclusivo crescente esperado. Na rachadura da base do governo Evo houve a perda do apoio de jovens estudantes, do movimento cocaleiro de La Paz e até da tradicional Central Operária Boliviana (COB). A recusa à continuidade do governo “uniu” o país. A diminuição do apoio popular ao governo nacional fortaleceu sua oposição.

Essa diminuição se deu, em parte, pela insistência do presidente em se reeleger. Primeiro, convocando um referendo, em 2016, no qual a população boliviana expressou sua vontade de que Evo Morales não se reelegesse novamente. Ignorando o resultado da consulta popular, o Tribunal Constitucional Plurinacional, a corte superior boliviana, permitiu, no final de 2018, que Morales se candidatasse ao quarto mandato, considerando agora que o impedimento da reeleição era ilegal, pois acima da Constituição Boliviana havia o Tratado da Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), que em seu artigo 23, ao tratar dos direitos políticos, declara que todos os cidadãos devem ter o direito de ser eleitos (OEA, 1969).

Vieram as eleições em 20 de outubro de 2019 e Evo concorreu. Em uma eleição tumultuada, com resultados aparentemente díspares nos dois métodos utilizados para a apuração, um mais rápido e outro mais lento, Evo Morales foi considerado vencedor no primeiro turno, por ter conseguido mais que dez pontos percentuais a mais que o segundo colocado, Carlos Mesa. Apesar do Tribunal Supremo Eleitoral ter garantido sua reeleição, a divulgação de um relatório, por parte dos observadores da Organização dos Estados Americanos (OEA), com indicações de fraude eleitoral, intensificou os protestos de rua contra o presidente e levou o comandante das Forças Armadas bolivianas a pedir a renúncia de Evo Morales, ocorrida em 10 de dezembro de 2019.

Contrariando o relatório da Organização dos Estados Americanos (OEA) de dezembro (OEA, 2019), que indicava fraude nas eleições bolivianas favorecendo o candidato da situação, os

² O Comitê Cívico Pró Santa Cruz é uma organização bastante complexa, que congrega desde associações de bairro a associações comerciais e empresariais. É o braço político de um movimento maior que luta por autonomia, representação e reconhecimento de uma identidade cruzenha.



pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology (MIT)³, John Curiel e Jack. R Williams, expuseram suas análises estatísticas das eleições bolivianas em artigo no jornal The Washington Post, em 27 de fevereiro de 2020. Na publicação os analistas indicam que não há indícios estatísticos que demonstrem anomalia na contagem dos votos. Os autores do estudo deixam claro ter procurado a OEA para comentar o assunto, mas não houve resposta direta (CURIEL; WILLIAMS, 2020).

Após a repercussão do estudo divulgado no jornal americano, a OEA se posicionou contestando a metodologia utilizada pelos autores e ressaltando que a análise estatística dos resultados não foi a única prova da adulteração nas eleições bolivianas, segundo o relatório inicial da instituição, que também incluía entre as razões para a alegação de fraude “falsificação de assinaturas, desvio de dados dos votos para dois servidores não autorizados, inconsistências nos números de votos coletados e indícios de que registros eleitorais foram desviados durante o transporte” (COLOMBO, 2020, p.1).

De qualquer forma, a acusação da OEA foi mais um elemento a pesar em uma balança que já não pendia favoravelmente para Evo Morales. O seu governo diminuiu a desigualdade social, promoveu maior integração dos povos originários, permitiu certa descentralização dos departamentos e tentou diversificar a economia (se não atingiu êxito, pelo menos a manteve aquecida). Contudo, aumentou o déficit público, manteve alto grau de centralização do poder e fez diversas concessões, de questões caras a sua base eleitoral, como, exemplo, ao permitir o aumento do desmatamento no país e na postura inesperada na questão envolvendo o Tipnis⁴.

A AUTOPROCLAMAÇÃO DA SENADORA JEANINE ÁÑEZ COMO PRESIDENTE E A CONVOCAÇÃO DAS NOVAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Com a renúncia de Evo Morales e dos membros do seu governo, e a desistência do cargo de outras autoridades indicadas na linha sucessória, a segunda vice-presidente do Senado, eleita pelo departamento de Beni, Jeanine Áñez, assumiu o cargo de Evo por meio do ato de autoproclamação.

O governo interino de Áñez começou em 12 de dezembro de 2019 e no dia seguinte teve o reconhecimento de países como Estados Unidos, Reino Unido, Brasil e Colômbia. A sua principal obrigação era a de convocar novas eleições presidenciais num prazo de 90 dias, o que ocorreu, já que no dia 03 de janeiro de 2020 foi divulgada a data de 03 de maio de 2020 para as eleições presidenciais bolivianas.

³ O Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT na sigla em inglês) é uma universidade sediada nos Estados Unidos, considerada uma das mais importantes instituições de ensino superior do mundo.

⁴ Tipnis é a sigla para Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécuré – Tipnis, importante área indígena e de proteção ambiental entre os departamentos de Beni e Cochabamba, que teve sua integridade violada com a permissão dada por Evo Morales para a construção de uma estrada, gerando um conflito entre o presidente e parte de sua base eleitoral.



Entretanto, a presidente interina extrapola suas funções de pacificação política ao perseguir membros do governo anterior, ao ser acusada de silenciamento de jornalistas opositores a seu governo, e ao insistir em concorrer nas eleições presidenciais. Não existe proibição legal para sua candidatura, mas é algo que parece pouco razoável e que contraria posicionamentos anteriores de Jeanine, de que seria apenas “presidente interina. Além disso, utilizou o prazo máximo previsto para a distância entre a data de marcação das eleições e a sua data de realização. Segundo LUIGI (2020):

O caráter ideológico do governo interino se faz notar, entre outras questões, pela perseguição às pessoas ligadas ao governo derrubado e pelo reformismo que tenta estabelecer, como, por exemplo, ao buscar se desvincular de instituições como a Alba e a Unasul (LUIGI, 2020, p. 11, traduzido pelo autor).

Com alguma imaginação podem-se traçar paralelos entre os motivos que levaram à queda de Evo Morales e possíveis erros no encaminhamento político do país por parte da atual presidente. A continuidade política exagerada de Evo Morales, a perda da base popular, e os limites do desenvolvimento do país podem ser apontados como um resumo daquilo que torna insustentável o seu governo. A atual presidente, Jeanine Áñez, tensiona a crise política ao insistir em se candidatar nas próximas eleições; egressa de um partido não muito expressivo, o Movimento Democrático Social (MSD ou Democratas), criado em 2013, o que a faz não ter muita base popular de sustentação; e, em seus poucos meses de exercício, não conseguiu trazer benefícios à economia do país, que atravessa um viés de queda.

O presidente anterior, ao não resistir à tentação de se manter indefinidamente no poder, gerou instabilidade. A presidente atual, em seu breve exercício do cargo, não conseguiu reverter este quadro. A instável democracia boliviana está esgarçada, com suas instituições revolvidas e com suas expectativas frustradas. As eleições de 03 de maio são a esperança da retomada da normalidade democrática no território boliviano.

REFERÊNCIAS

COLOMBO, Sylvia. “OEA contesta pesquisadores do MIT que descartam fraudes na eleição boliviana”. **Folha de São Paulo** [28/02/2020]. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 26/03/2020.

CURIEL, John; WILLIAMS, Jack R. “Bolivia dismissed its October elections fraudulent. Our research found no reason suspect fraud”. **The Washington Post** [27/02/2020]. Disponível em: <www.washingtonpost.com>. Acesso em: 26/03/2020.



LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2018.

LUIGI, Ricardo. “Notes on the crisis in Bolivia - the rock rolls again”. **Working Papers**, vol. 1, n. 1, 2020.

NARIS, Tom. “Are Chinese Economic Actors Poised to Dominate Latin American Economies?: A View from Bolivia and Chile”. **New Global Studies**, vol. 9, n. 4, December, 2015.

OEA – Organização dos Estados Americanos. Convenção Americana sobre Direitos Humanos. **Pacto de San José da Costa Rica**. San José: CIDH, 1969. Disponível em: <www.cidh.oas.org>. Acesso em: 20/03/2020.

OEA – Organização dos Estados Americanos. **Informe final**: análisis de integridad electoral elecciones generales en el Estado Plurinacional de Bolivia [04/12/2019]. Disponível em: <www.oas.org>. Acesso em: 26/03/2020.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano II | Volume 1 | Nº 3 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima